

A POLÊMICA NO STF

Ricardo Lewandowski concedeu liminar contra investigação do CNJ e foi defendido por Peluso



LIMINAR

> O ministro **Ricardo Lewandowski** concedeu liminar suspendendo investigação do CNJ sobre pagamentos suspeitos feitos pelo Tribunal de Justiça de SP a juízes. Ele integra a lista de magistrados que receberam pagamentos

DEFESA

> Lewandowski foi desembargador do TJ-SP, mas nega ter sido beneficiado pela suspensão da investigação do CNJ
> O presidente do STF, **Cezar Peluso**, que recebeu **R\$ 700 mil** do TJ-SP, defendeu o colega

Ação de ministro que parou investigação divide Supremo

Presidente do STF defende colega, mas outros veem conflito de interesse

Como Lewandowski, Cezar Peluso está entre beneficiários de pagamentos suspeitos; ele recebeu R\$ 700 mil

FELIPE SELIGMAN
VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA
MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

de São Paulo não o impede de opinar sobre o CNJ porque ele não está sujeito à fiscalização do conselho.

Até ter seu trabalho suspenso por Lewandowski, a corregedoria do CNJ havia iniciado investigações em 22 tribunais estaduais.

A intenção era saber se os magistrados teriam recebido pagamentos indevidos e aumentado o patrimônio de uma maneira incompatível com suas rendas.

A investigação começou em novembro em São Paulo, onde foram identificados vários pagamentos associados a uma pendência salarial da década de 1990, quando o auxílio-moradia pago a deputados e senadores foi estendido a juízes de todo o país.

Segundo Peluso, "a vida funcional do ministro Lewandowski e dos demais ministros do Supremo Tribunal Federal não pode ser objeto de cogitação, de investigação ou

de violação de sigilo fiscal e bancário por parte da Corregedoria [do CNJ]".

Em nota, a corregedoria afirmou não ter quebrado sigilo fiscal nem bancário de ninguém. Disse também que todas as informações que requisitou, "como órgão de controle", são relativas a declarações de bens e à folha de pagamento e que nunca foram vazadas.

» LEIA MAIS na pág. A6

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cezar Peluso, saiu ontem em defesa do ministro Ricardo Lewandowski, que nesta semana paralisou inspeções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre pagamentos milionários feitos por tribunais estaduais a magistrados.

Como a **Folha** revelou ontem, Lewandowski e o próprio Peluso estão entre os beneficiários de pagamentos que chamaram a atenção do CNJ. Os dois ministros eram desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo antes de irem para o STF.

Três outros ministros do Supremo, que aceitaram falar à **Folha** sobre o caso desde que não fossem identificados, disseram que Lewandowski deveria ter evitado se pronunciar sobre o assunto, por causa do seu envolvimento pessoal com a questão.

Lewandowski não é alvo da investigação do CNJ, porque ministros do Supremo só podem ser processados pelo Senado. Mas ele beneficiou diretamente seus antigos colegas no tribunal de São Paulo ao paralisar a investigação.

Em nota divulgada ontem, Peluso afirmou que Lewandowski "agiu no estrito cumprimento de seu dever legal" e que "inexistia e inexistiu" condição que o impeça de atuar no caso.

Por meio de sua assessora, Peluso afirmou que o fato de ter recebido R\$ 700 mil em pagamentos do tribunal

ENTENDA O CASO



AS INVESTIGAÇÕES

> O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) abriu nos últimos anos, por iniciativa própria, várias investigações sobre magistrados. A AMB (Associação de Magistrados do Brasil) entrou com uma ação para reduzir os poderes de investigação do CNJ



JULGAMENTO SUSPENSO

> Eliana Calmon criticou a iniciativa e disse que havia "bandidos escondidos atrás das togas". O presidente do STF, Cezar Peluso, leu uma nota de desagravo aos juízes, mas o STF adiou o julgamento final



PRIMEIRA LIMINAR

> Com a suspensão do julgamento, o relator, Marco Aurélio Mello, decidiu em liminar que o CNJ só pode atuar nos casos já julgados pelas corregedorias, o que anularia muitas investigações. A decisão final ficou para 2012



SEGUNDA LIMINAR

> O ministro Ricardo Lewandowski deu liminar **suspendendo uma inspeção do CNJ nas folhas salariais** de 22 tribunais do país. Lewandowski disse que não se sentiu impedido de decidir porque não é objeto da investigação

QUEM ESTÁ RECEBENDO A VERBA

353 desembargadores de São Paulo

17 desembargadores receberam em parcela única R\$ 1 milhão cada um

O QUE É A VERBA

1992
A legislação manda igualar os salários de membros do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. Essa verba é chamada de Parcela Autônoma de Equivalência

1999
Uma associação de juízes pede que o valor do auxílio-moradia pago a deputados entre no cálculo dessa verba. O presidente do STF, Nelson Jobim, reconhece o pedido

2000
O Supremo reconhece que os magistrados de todo o país têm direito a receber os valores retroativos ao período de 1994 a 2000

» REAÇÃO

MAGISTRADO JÁ QUER ANULAR AÇÃO NO CNJ

Edgard Lippmann Junior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pediu ao Conselho Nacional de Justiça a anulação da ação em que é investigado seu suposto envolvimento em corrupção. Afastado desde 2009, ele diz que, após a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, a investigação no órgão tornou-se inconstitucional.